

SUMÁRIO

Unidade Didática I

ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS



CAPÍTULO 01

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, DIREITO FINANCEIRO E FINANÇAS PÚBLICAS: CONCEITOS E COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR 41

1. Conceitos 41
2. Competência para legislar sobre orçamento na federação 42
3. Lista de questões objetivas 45
4. Lista de questões discursivas 53

CAPÍTULO 02

ALICERCES DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA 55

1. Conceitos 55
2. Instrumentos de planejamento: PPA, LDO e LOA 55
 - 2.1. Plano Plurianual: conceitos básicos 58
 - 2.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias: conceitos básicos 61
 - 2.3. Lei Orçamentária Anual: conceitos básicos 63
3. Ciclo orçamentário da LOA 64
4. Instrumentos retificadores da LOA: créditos adicionais 67
5. Lista de questões objetivas 70



Capítulo contém questões discursivas



CAPÍTULO 03

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS 81

1. Conceitos	81
2. Unidade ou totalidade	81
3. Anualidade ou periodicidade	83
4. Universalidade	86
5. Orçamento bruto	89
6. Princípio da exclusividade	90
7. Princípio da não afetação ou não vinculação	94
8. Princípio da discriminação/ especialização/ especificação	100
9. Princípio da unidade de caixa	107
10. Princípio do equilíbrio	109
11. Princípio da proibição do estorno	114
12. Princípio da legalidade ou reserva legal	115
13. Princípio da publicidade	117
14. Princípio da clareza	117
15. Princípio da exatidão	117
16. Princípio da uniformidade	118
17. Princípio da transparência	118
18. Princípio da programação	120
19. Princípio da regionalização	120
20. Princípio do orçamento impositivo	121
21. Quadro resumo dos princípios	123
22. Lista de questões objetivas	125
23. Lista de questões discursivas	148



CAPÍTULO 04

EVOLUÇÃO DOS MODELOS ORÇAMENTÁRIOS 151

1. Introdução	151
2. Orçamento tradicional	152
3. Orçamento desempenho	153
4. Orçamento-programa	153
5. Orçamento base-zero	159
6. Orçamento participativo	161

7. Orçamento incremental	162
8. Novo orçamento desempenho	164
9. PART	165
10. Aperfeiçoamento do Modelo Orçamentário Brasileiro	166
11. Lista de questões objetivas	167
12. Lista de questões discursivas	179

CAPÍTULO 05

CATEGORIAS DE ORÇAMENTO NA RELAÇÃO ENTRE O EXECUTIVO E O LEGISLATIVO 185

1. Tipos de orçamento quanto ao papel dos poderes no ciclo orçamentário	185
2. Tipos de orçamento quanto à obrigatoriedade de execução das dotações aprovadas na 3ª etapa da LOA	187
3. Lista de questões objetivas	191

Unidade Didática II

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO



CAPÍTULO 06

PLANO PLURIANUAL – PPA 197

1. PPA na Constituição Federal	197
2. PPA Federal 2024-2027	202
2.1. Estrutura do PPA federal por dimensões	202
2.2. Recursos não orçamentários das ações não orçamentárias	216
2.3. Investimentos	217
2.4. Ciclo do PPA	218
2.5. PPA e o Planejamento Estratégico Institucional dos órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional	221
2.6. Comparativo do PPA federal atual com modelos anteriores	222
3. Lista de questões objetivas	226
4. Lista de questões discursivas	234



CAPÍTULO 07

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 237

1. Atribuições da LDO na Constituição Federal de 1988 237
2. Atribuições da LDO na LRF 240
3. Outras atribuições da LDO na Constituição Federal de 1988, na LRF e na própria LDO Federal 242
 - 3.1. Papel da LDO na relação entre os Poderes quando da elaboração da LOA 242
 - 3.2. Papel da LDO no aumento das despesas com Pessoal 244
 - 3.3. Outros papéis 245
4. Anexos da LDO 246
 - 4.1. Anexo de Metas Fiscais - AMF 247
 - 4.2. Anexo de Riscos Fiscais - ARF 252
 - 4.3. Anexo Específico da União 254
 - 4.4. EC 102/2019: novo anexo à LDO 256
5. Lista de questões objetivas 257
6. Lista de questões discursivas 272



CAPÍTULO 08

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA 275

1. LOA na Constituição Federal e na LRF 275
2. Estrutura geral da LOA 280
 - 2.1. Orçamento de Investimento 285
 - 2.2. Orçamento da Seguridade Social 288
 - 2.2.1. Composição das despesas da seguridade social na Federação 292
 - 2.2.2. Observância específica para o orçamento da seguridade na elaboração do PLOA 292
 - 2.3. Orçamento Fiscal 293
3. Lista de questões objetivas 294
4. Lista de questões discursivas 313

CAPÍTULO 09

INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO 319

1. PPA na Constituição Federal 319
2. Prazos dos instrumentos de planejamento 320
3. Lista de questões objetivas 324

**CAPÍTULO 10****CRÉDITOS ADICIONAIS 329**

1. Finalidades e formas de abertura 329
2. Fontes de créditos adicionais 332
3. Lista de questões objetivas 337
4. Lista de questões discursivas 357

Unidade Didática III**CICLO ORÇAMENTÁRIO NA UNIÃO****CAPÍTULO 11****SISTEMA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO FEDERAL 367**

1. Sistemas organizacionais 367
2. Sistema de planejamento e orçamento 370
 - 2.1. Unidades de Planejamento 372
 - 2.2. Unidades de Orçamento 373
 - 2.3. Órgãos Específicos 373
 - 2.4. Órgãos Setoriais 376
 - 2.5. Unidades Orçamentárias 376
3. Lista de questões objetivas 378

CAPÍTULO 12**CICLO ORÇAMENTÁRIO DA LOA E CICLO ORÇAMENTÁRIO AMPLIADO 391**

1. Ciclo orçamentário da LOA 391
2. Ciclo orçamentário ampliado 394
3. Lista de questões objetivas 396

**CAPÍTULO 13****1ª ETAPA: ELABORAÇÃO DA LOA 405**

1. O SIOP na fase de elaboração 405
2. Elaboração da LOA e a interação entre o executivo e os demais poderes 406
3. Papel dos integrantes do sistema de planejamento e orçamento na elaboração da LOA 408

4. Composição do PLOA quando do envio	410
5. Lista de questões objetivas	413
6. Lista de questões discursivas	417



CAPÍTULO 14

2ª ETAPA: DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DA LOA 419

1. Fluxo geral da etapa e principais atores	419
2. Requisitos para aprovação de emendas à LOA	422
3. Emendas impositivas individuais e as ECs 86/2015, 105/2019 e 126/2022	425
4. Emendas impositivas estaduais e as ECs 100 e 102 de 2019	433
5. Demais tipos de emendas	436
6. O modelo federal atual: orçamento híbrido e/ou impositivo flexível ...	441
6.1. Visão Normativa	441
6.2. Visão Doutrinária	443
6.3. Conclusão	446
7. Lista de questões objetivas	447
8. Lista de questões discursivas	465



CAPÍTULO 15

EVENTOS POSSÍVEIS ENTRE A APROVAÇÃO E PUBLICAÇÃO DA LOA 471

1. Generalidades	471
2. A LOA pode ser rejeitada?	471
3. O que ocorre quando o presidente veta parcialmente a LOA?	472
4. E se a LOA não for sancionada até 31/12?	473
5. Como se dá a inserção de dados no SIAFI?	476
6. Lista de questões objetivas	476
7. Lista de questões discursivas	480



CAPÍTULO 16

3ª ETAPA: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 483

1. Prazos e componentes da programação orçamentária e financeira	483
2. Controles existentes sobre o fluxo de ingressos e dispêndios	488
3. Detalhamento sobre a limitação de empenho nos demais poderes ...	494

4.	Descentralização de crédito e de recursos	499
4.1.	Descentralização de créditos	500
4.2.	Descentralização de Recursos	501
5.	Lista de questões objetivas	503
6.	Lista de questões discursivas	517



CAPÍTULO 17

4ª ETAPA: CONTROLE E AVALIAÇÃO 521

1.	Principais atores e atribuições	521
2.	Controle durante a execução orçamentária	522
3.	Controle <i>ex-post</i> : prestação de contas do presidente da república	523
4.	Lista de questões objetivas	529
5.	Lista de questões discursivas	538

CAPÍTULO 18

VEDAÇÕES GERAIS AO CICLO ORÇAMENTÁRIO 541

1.	Vedações absolutas e relativas	541
2.	Lista de questões objetivas	547

Unidade Didática IV

ELEMENTOS ORÇAMENTÁRIOS NA FEDERAÇÃO

CAPÍTULO 19

INGRESSOS E DISPÊNDIOS 563

1.	Ingressos e dispêndios	563
2.	Situações especiais	567
2.1.	Restos a Pagar e Serviço da Dívida a Pagar: inscrição e cancelamento	567
2.2.	SOC – Superávit do Orçamento Corrente	568
2.3.	Receitas dos Conselhos Profissionais e dos Serviços Sociais Autônomos	569
3.	Lista de questões objetivas	569



CAPÍTULO 20

RECEITA ORÇAMENTÁRIA: CLASSIFICAÇÕES 579

1.	Classificações existentes	579
2.	Classificação da receita quanto à natureza	580
2.1.	Classificação da receita quanto à categoria econômica – 1º nível quanto à natureza	583
2.2.	Classificação da receita quanto à origem – 2º nível quanto à natureza	585
2.3.	Classificação da receita quanto à espécie e quanto ao desdobramento para identificação de peculiaridades da receita – 3º e 4º níveis quanto à natureza	588
2.4.	Classificação da receita quanto ao Tipo – 5º nível quanto à natureza	589
2.5.	Situações Especiais	594
2.5.1.	Taxa de Ocupação de Imóveis	594
2.5.2.	“Taxa” de Inscrição em concursos públicos	594
2.5.3.	Dividendos e <i>Royalties</i>	594
2.5.4.	Juros e Aplicações financeiras	594
2.5.5.	Juros e Amortização de Empréstimos	595
2.5.6.	Concessões, Permissões e Pedágios	595
2.5.7.	Alienação de Bens Apreendidos ou Caucionados	595
2.5.8.	Empréstimos Compulsórios	595
2.5.9.	Alienação de Estoques Reguladores	595
2.5.10.	Receitas de transferências correntes e receitas de transferência de capital	595
2.5.11.	Doações	596
2.5.12.	Aplicações Financeiras no mercado e Aplicações Financeiras na Conta única	596
2.5.13.	Alienação de Títulos, Alienação de Investimentos	596
2.5.14.	Excedente da Cessão Onerosa do Pré-Sal	596
3.	Classificação da receita por fonte	597
3.1.	Códigos Utilizados	599
3.2.	Aplicações da fonte de recursos na União	602
4.	Classificação da receita para apuração do resultado primário	605
5.	Classificação por esfera orçamentária	606

6. Classificação da receita quanto aos efeitos sobre o patrimônio líquido – aspecto contábil	606
7. Classificação da receita quanto à coercitividade	608
8. Classificação da receita quanto à periodicidade	609
9. Tabela resumo	610
10. Lista de questões objetivas	611
11. Lista de questões discursivas	627

CAPÍTULO 21

RECEITA ORÇAMENTÁRIA: ETAPAS E ESTÁGIOS 631

1. Etapas e estágios da receita orçamentária	631
2. Etapa de planejamento	632
3. Etapa de execução	632
3.1. Lançamento	632
3.2. Arrecadação	634
3.3. Recolhimento	634
4. Etapa de controle e avaliação	634
5. Considerações finais	635
5.1. Receitas Orçamentárias	635
5.2. Receitas Extraorçamentárias	635
6. Lista de questões objetivas	635

CAPÍTULO 22

DÍVIDA ATIVA 647

1. Dívida ativa	647
2. Securitização da dívida ativa	650
3. Lista de questões objetivas	652



CAPÍTULO 23

DESPESA ORÇAMENTÁRIA: CLASSIFICAÇÕES 663

1. Classificações existentes	663
2. Classificação da despesa por esfera orçamentária	665
3. Classificação institucional	667
4. Classificação funcional	669
4.1. Função	669
4.2. Subfunção	675

5.	Classificação Programática	678
5.1.	Programa	678
5.2.	Ação	679
5.3.	Subtítulos	682
5.4.	Plano Orçamentário	683
5.5.	Padronização de ações no âmbito federal	685
5.6.	Meta física	686
6.	Classificação por IDOC, IDUSO e fonte de recursos	687
7.	Classificação da despesa quanto à categoria econômica – visão da Lei nº 4.320/1964	706
7.1.	Classificação da despesa quanto à categoria econômica – visão da Lei 4.320/1964	706
7.2.	Classificação da despesa quanto à natureza – visão da Portaria STN/SOF nº 163/2001	709
7.2.1.	Grupo Natureza da Despesa – 2º nível da classificação da despesa quanto à natureza	711
7.2.2.	Modalidade de aplicação – 3º nível da classificação da despesa quanto à natureza	714
7.2.3.	Elemento da Despesa – 4º nível da classificação da despesa quanto à natureza	719
7.2.4.	Situação Especial – Gastos efetivos e não efetivos	722
8.	Classificação da despesa por identificador de resultado primário	726
9.	Classificação da despesa quanto aos efeitos sobre o patrimônio público: efetivas e não efetivas (por mutação)	728
10.	Tabela-síntese da classificação da despesa	730
11.	Lista de questões objetivas	733
12.	Lista de questões discursivas	748



CAPÍTULO 24

DESPESA ORÇAMENTÁRIA: ETAPAS E ESTÁGIOS 751

1.	Etapas e estágios da despesa orçamentária	751
2.	Etapas de planejamento	752
2.1.	Estágio de Fixação	752
2.2.	Estágio de descentralização de créditos orçamentários	752
2.3.	Programação orçamentária e financeira	756
2.4.	Estágio da Licitação	757
3.	Etapas de execução	759

3.1. Estágio do Empenho	759
3.2. Estágio da Liquidação	762
3.3. Estágio do Pagamento	764
4. Etapa de controle e avaliação	764
5. Considerações finais	765
5.1. Despesas Orçamentárias	765
5.2. Despesas Extraorçamentárias	765
6. Lista de questões objetivas	765
7. Lista de questões discursivas	778



CAPÍTULO 25

RESTOS A PAGAR 783

1. Conceito	783
2. Controles gerais sobre restos a pagar previstos na LRF	786
3. Controles específicos sobre os restos a pagar processados	787
4. Controles específicos sobre os restos a pagar não processados	790
4.1. Tratamento após a inscrição: regra a contar de 31/12/2018	791
5. Restos a pagar de despesas plurianuais	796
6. Prescrição e cancelamento de restos a pagar	798
7. Cancelamento, “reinscrição” de restos a pagar e reaproveitamento de restos a pagar	801
8. Lista de questões objetivas	803
9. Lista de questões discursivas	819



CAPÍTULO 26

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 823

1. Conceito	823
2. Situação 1 – despesas que não se tenham processado na época própria	823
3. Situação 2 – restos a pagar com prescrição interrompida	824
4. Situação 3 – compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício	825
5. DEA versus apuração de responsabilidade	828
6. Lista de questões objetivas	831
7. Lista de questões discursivas	844



CAPÍTULO 27

SUPRIMENTO DE FUNDOS 849

1. Conceito 849
2. Suprimento de fundos: fases 851
 - 2.1. Concessão 852
 - 2.2. Aplicação 859
 - 2.3. Comprovação 860
3. Lista de questões objetivas 862
4. Lista de questões discursivas 878

Unidade Didática V

CONTROLE FISCAL NA FEDERAÇÃO



CAPÍTULO 28

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 883

1. Base constitucional e abrangência da lei 883
2. Princípios 883
3. Conceitos iniciais 884
4. Receita 896
 - 4.1. Renúncia de Receita 897
5. Despesa 901
 - 5.1. Aumento das despesas em geral 902
 - 5.2. Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC) 903
 - 5.3. Despesa com Pessoal 906
 - 5.3.1. O que é? 906
 - 5.3.2. Limites e consequências pela sua ultrapassagem 915
 - 5.3.3. Controle de Gastos com Pessoal no Legislativo Municipal 924
 - 5.4. Despesas com a Seguridade Social 926
 - 5.5. Destinação de Recursos para o Setor Privado 927
 - 5.6. Transferências Voluntárias 928
6. Dívidas e endividamento (dívida consolidada, dívida mobiliária, operações de créditos/garantias e contragarantias, ARO, Restos a Pagar) 933

6.1. Dívida consolidada e mobiliária	934
6.2. Operações de Crédito	945
6.3. Garantias e Contragarantias	952
6.4. ARO	956
6.5. Restos a Pagar	960
7. Preservação do patrimônio público	960
8. Instrumentos de transparência	961
8.1. Relatório de Gestão Fiscal – RGF	963
8.1.1. Responsabilidade pela emissão	963
8.1.2. Estrutura do RGF e prazos para publicação	966
8.2. RREO	972
9. Escrituração e consolidação	981
10. Fiscalização	985
11. Flexibilização das regras fiscais em caso de PIB inferior a 1%	986
12. Flexibilização das regras fiscais em caso de calamidade pública	987
13. Lista de questões objetivas [CESPE]	989
14. Lista de questões objetivas [FCC]	1017
15. Lista de questões objetivas [FGV]	1046
16. Lista de questões discursivas	1068



CAPÍTULO 29

PRECATÓRIOS: REGIME GERAL E REGIME ESPECIAL 1129

1. Conceito	1129
2. Prioridade de pagamento e cessão do crédito a terceiro	1132
3. Inclusão na LOA e data limite de pagamento	1135
4. Possibilidade quanto ao uso dos créditos líquidos e certos dos precatórios	1136
5. Compensação de débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa, e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública	1136
6. Compensação entre Entes e pessoas jurídicas de direito público ...	1138
7. Monitoramento e Atualização Monetária: retrospecto	1139
8. Atuação do judiciário	1141
9. Regime Especial de Pagamento para entes em atraso: retrospecto da EC 62/2009	1141

10. Regime especial de pagamento de precatórios para estados, DF e municípios em atraso: EC 94/2016, EC 99/2016 e EC 109/2021 ...	1143
10.1. Alcance e percentual mínimo	1143
10.2. Recursos para quitação dos precatórios para entes em regime especial	1144
10.3. Preferências de pagamento	1146
10.4. Sequestro de valores	1146
10.5. Desapropriações	1146
10.6. Consequências em caso de descumprimento do pagamento ..	1147
10.7. Encontro de contas: compensação com a dívida ativa	1147
11. Cancelamento de Precatórios na União e a ADIN 5755	1151
12. A EC 136/2025: existe um novo regime especial para estados, DF e municípios?	1152
13. Lista de questões objetivas	1156
14. Lista de questões discursivas	1175

CAPÍTULO 30

CRÉDITO PÚBLICO 1179

1. Conceitos	1179
2. Classificações	1180
3. Condições	1180
4. Fases	1182
4.1. Operação de Crédito Interna	1182
4.2. Operação de Crédito Externa	1183
5. Garantias	1184
5.1. Estados e Municípios	1184
5.2. União	1185
6. Limites gerais: estados e municípios	1186
6.1. Fluxo de Contratação de Operação de Crédito	1186
6.2. Estoque da Dívida	1186
6.3. Fluxo de Pagamento de Operação de Crédito	1187
7. CAPAG, Garantias e SADIPEM	1187
7.1. CAPAG	1187
7.2. Garantias da União	1190
7.3. SADIPEM	1193
8. Lista de questões objetivas	1193



CAPÍTULO 31

FUNDOS ESPECIAIS 1201

1. Conceito 1201
2. Tipos 1201
3. Características gerais dos fundos 1202
4. Lista de questões objetivas 1204
5. Lista de questões discursivas 1206

CAPÍTULO 32



REGIMES FISCAIS PERMANENTES, TRANSITÓRIOS E EXTRAORDINÁRIOS NA FEDERAÇÃO: EC 109/2021 E LC 200/2023 1209

1. Modelos de regimes fiscais 1209
2. Regime fiscal sustentável conforme a Lei Complementar 200/2023 1212
 - 2.1. Antecedentes 1212
 - 2.2. Aplicação 1214
 - 2.3. Relação do regime fiscal sustentável com a LDO e LOA 1214
 - 2.4. Metodologia 1215
 - 2.5. Medidas de ajuste fiscal 1223
 - 2.6. Uso do excedente de resultado primário 1228
3. Espaço fiscal dos precatórios na união: EC 114/2021, STF e EC 136/2025 1229
4. Regime fiscal “facultativo” para estados e municípios 1231
5. Regime fiscal extraordinário fiscal da união em caso de calamidade pública 1234
6. Lista de questões objetivas 1237
7. Lista de questões discursivas 1238

Unidade Didática VI

NOÇÕES DE ECONOMIA NO SETOR PÚBLICO

CAPÍTULO 33

FALHAS DE MERCADO 1251

1. Intervenção do estado na economia: falhas de mercado 1251
2. Bens públicos 1254
3. Externalidades 1256

4. Mercados incompletos	1258
5. Poder de mercado	1258
6. Monopólios naturais	1259
7. Assimetria de informações	1260
8. Ocorrência de desemprego e inflação	1261
9. Lista de questões objetivas	1261



CAPÍTULO 34

FUNÇÕES ECONÔMICAS DO ORÇAMENTO 1269

1. Atribuições econômicas do estado	1269
2. Função alocativa	1269
3. Função distributiva	1271
4. Função estabilizadora	1273
5. Lista de questões objetivas	1277
6. Lista de questões discursivas	1291

CAPÍTULO 35

HIPÓTESES TEÓRICAS DO CRESCIMENTO DAS DESPESAS PÚBLICAS 1295

1. Razões do crescimento das despesas públicas	1295
2. Interpretações neoclássicas e keynesianas	1295
3. Interpretações neoinstitucionais e a importância da burocracia	1302

Unidade Didática VII

TÓPICOS ESPECIAIS



CAPÍTULO 36

FEDERALISMO FISCAL 1307

1. Conceitos e características	1307
1.1. Impactos sobre as funções econômicas orçamentárias em uma federação	1308
1.1.1. Função alocativa	1308
1.1.2. Função distributiva	1308
1.1.3. Função estabilizadora	1309

1.1.4.	Responsabilidade pelas funções econômicas do orçamento no federalismo fiscal	1309
1.2.	Impactos sobre o sistema tributário	1310
1.3.	Impactos sobre o sistema de transferências de recursos	1311
2.	Peculiaridades do federalismo fiscal no Brasil	1313
2.1.	Quais as competências tributárias de cada ente?	1314
2.2.	Como se dá repartição das receitas tributárias?	1316
2.3.	Como se dá repartição dos fundos constitucionais: FPE e FPM?	1323
2.4.	Quais as atribuições das responsabilidades públicas por gastos?	1328
2.4.1.	Despesas com Educação	1328
2.4.2.	Despesas com Saúde	1336
3.	Considerações finais	1338
4.	Lista de questões objetivas	1341
5.	Lista de questões discursivas	1357



CAPÍTULO 37

SIAFI 1361

1.	Histórico do SIAFI	1361
1.1.	Antecedentes	1362
1.2.	Implantação do SIAFI	1362
2.	Conceito	1364
3.	Objetivos	1364
4.	Estrutura do sistema	1366
5.	Modalidades de uso do SIAFI e formas de acesso	1367
5.1.	Modalidades de uso do SIAFI	1367
5.2.	Formas de acesso da UG ao SIAFI	1368
6.	Segurança do sistema	1370
6.1.	Instrumentos e princípios	1370
6.2.	Horário de funcionamento	1371
6.3.	O Sistema SENHA e os usuários do SIAFI	1371
6.3.1.	Cadastradores e Operadores: responsabilidades	1375
6.3.2.	Acesso ao SIAFI permitido por lei para entidades privadas	1377

6.3.3. Acesso ao SIAFI permitido para organismos internacionais	1377
6.4. Fornecimento de dados	1378
7. Conformidade de registros de gestão e conformidade contábil	1379
8. Documentos utilizados pelo sistema	1384
8.1. GRU	1387
9. Lista de questões objetivas	1388
10. Lista de questões discursivas	1401

CAPÍTULO 38

CONTA ÚNICA DO TESOIRO NACIONAL 1403

1. Conceitos	1403
2. Aspectos constitucionais, legais e infralegais	1404
3. Contas especiais (recursos federais fora da conta única)	1406
4. Subcontas na conta única	1408
5. Aspectos específicos da programação financeira	1409
6. Encerramento de contas correntes	1410
7. Movimentação de recursos na conta única	1411
7.1. Ordem Bancária	1413
7.1.1. Tipos de Ordem Bancária	1414
7.1.2. Cancelamento de OB	1416
8. Aplicação financeira na conta única	1417
9. Conciliação bancária	1419
10. Lista de questões objetivas	1420



CAPÍTULO 39

ORDENADOR DE DESPESAS 1433

1. Conceito	1433
2. Ordenador primário e secundário	1433
3. Delegação de competência	1434
3.1. Culpa <i>in eligendo</i> e Culpa <i>e in vigilando</i>	1436
4. Atos discricionários do ordenador de despesas	1437
5. Posicionamento do ordenador de despesas face aos pareceres jurídicos e técnicos	1438
6. Mitigação de riscos pelo ordenador de despesas	1439

7.	Dolo, erro grosseiro, erro formal sob a perspectiva da LINDB e da LIA	1440
7.1.	Erro grosseiro <i>versus</i> erro não grosseiro (leve ou formal)	1441
7.2.	Escala de erro grosseiro	1444
7.3.	O dever de indenizar	1445
7.4.	O dever de apurar	1450
7.5.	O custo de não fazer nada	1450
8.	Lista de questões discursivas	1451

CAPÍTULO 40

TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS E EMERGENTES EM ORÇAMENTO PÚBLICO

		1455
1.	Princípios da boa governança orçamentária da OCDE	1455
2.	Princípios de governança orçamentária	1455
3.	Formas de avaliar a qualidade do gasto e o <i>spending review</i>	1458
4.	<i>Medium-term expenditure framework</i> – MTEF	1462
5.	Tópicos emergentes	1465
5.1.	Orçamento verde	1465
5.2.	Orçamento Sensível a Gênero (OSG)	1467
5.2.1.	Conceito	1467
5.2.2.	Implementação	1467
5.2.3.	Experiências internacionais do OSG	1468
5.2.4.	Experiência brasileira do OSG	1470

BIBLIOGRAFIA	1473
--------------------	------